



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MICAELEN ISADORA DE OLIVEIRA LEAL

**A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MARIANA, MG

2025

MICAELEN ISADORA DE OLIVEIRA LEAL

**A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira

MARIANA, MG

2025

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L435d Leal, Micaellen Isadora de Oliveira.  
A distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental.  
[manuscrito] / Micaellen Isadora de Oliveira Leal. - 2025.  
31 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marlice de Oliveira e Nogueira.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Ensino Fundamental. 2. Educação e Estado. 3. Inclusão escolar. 4.  
Evasão escolar. I. Nogueira, Marlice de Oliveira e. II. Universidade Federal  
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 373.3



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Micaellen Isadora de Oliveira Leal**

### **A distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga.

Aprovada em 10 de junho de 2025

#### Membros da banca

Doutora em Educação - Marlice de Oliveira e Nogueira- Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto

Doutor em Educação - Erisvaldo Pereira dos Santos - Professor - Universidade Federal de Ouro Preto

Marlice de Oliveira e Nogueira , orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/06/2025



Documento assinado eletronicamente por **Marlice de Oliveira e Nogueira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/06/2025, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0926754** e o código CRC **51AFF262**.

## RESUMO

Este estudo analisa a distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental, um problema persistente no sistema educacional brasileiro que afeta a aprendizagem e aumenta as taxas de evasão escolar. O objetivo da pesquisa foi investigar os fatores que contribuem para essa defasagem, identificar suas consequências e avaliar possíveis estratégias para sua mitigação. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, como o INEP. Os resultados apontam que a distorção idade-série está associada a fatores pedagógicos, sociais e estruturais, incluindo a repetência, a baixa qualidade da formação docente, as desigualdades regionais e a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. Além disso, identificou-se que a falta de políticas públicas eficazes agrava esse cenário, dificultando a correção do fluxo escolar. Conclui-se que intervenções como programas sistemáticos para aceleração da aprendizagem, reformulação curricular e investimentos na qualificação docente são fundamentais para reduzir a defasagem idade-série e garantir maior equidade no ensino brasileiro.

**Palavras-chave:** Distorção idade-série; evasão escolar; Ensino Fundamental; políticas educacionais; desigualdade social; formação docente; inclusão escolar.

## ABSTRACT

This study analyzes the age-grade gap in the final years of elementary school, a persistent problem in the Brazilian education system that affects learning and increases dropout rates. The objective of the research was to investigate the factors contributing to this gap, identify its consequences, and evaluate possible strategies for its mitigation. The methodology adopted consisted of a literature review and analysis of statistical data from official sources, such as the INEP (National Institute of Education and Training). The results indicate that the age-grade gap is associated with pedagogical, social, and structural factors, including grade repetition, low-quality teacher training, regional inequalities, and the socioeconomic vulnerability of students. Furthermore, it was identified that the lack of effective public policies exacerbates this situation, hindering the correction of school flow. The conclusion is that interventions such as systematic programs to accelerate learning, curricular reform, and investment in teacher training are essential to reduce the age-grade gap and ensure greater equity in Brazilian education.

**Keywords:** Age-grade distortion; school dropout; Elementary School; educational policies; social inequality; teacher training; school inclusion.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. FATORES PEDAGÓGICOS, SOCIAIS E ESTRUTURAIS DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE .....	9
3. A RELAÇÃO ENTRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E A EVASÃO ESCOLAR .....	13
4. DISPARIDADES REGIONAIS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	17
5. IMPACTOS NA INTRODUÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES .....	22
6. CONCLUSÃO .....	26
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	29

## 1. INTRODUÇÃO

A distorção idade-série é um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, representando uma questão relevante tanto em termos pedagógicos quanto sociais. Caracterizada pela defasagem de no mínimo dois anos entre a idade do aluno e o ano escolar que ele cursa, a distorção idade-série reflete não apenas dificuldades de aprendizagem e repetência, mas também desigualdades estruturais e contextos socioeconômicos adversos. Esse fenômeno é particularmente preocupante nos anos finais do Ensino Fundamental, uma etapa crucial para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Este trabalho tem como objetivo principal analisar, por meio de uma revisão da literatura sobre o tema, as causas e implicações da distorção idade-série, considerando suas repercussões para a qualidade da educação e a trajetória escolar dos alunos, além de propor caminhos para intervenções educacionais mais eficazes.

O problema da distorção idade-série é historicamente persistente no Brasil, sendo apontado com um dos principais indicadores das desigualdades educacionais e sociais. A Lei nº 11.274/2006, que amplia o Ensino Fundamental para nove anos, prevê que os estudantes ingressem no 1º ano do Ensino Fundamental aos seis anos de idade e concluam essa etapa até os 14 anos. No entanto, fatores como reprovação, abandono e retorno tardio à escola contribuem significativamente para o aumento da distorção idade-série. Dados do Censo Escolar indicam que, em 2017, cerca de 18,6% dos estudantes brasileiros estavam em situação de defasagem escolar, chegando a 25,2% na região Nordeste. Esses índices evidenciam a persistência de desafios históricos no sistema educacional, que afetam especialmente os alunos em contextos de vulnerabilidade social.

De acordo com Bezerra (2019), fatores internos à escola, como dificuldades na assimilação de conteúdos básicos, especialmente em Matemática e Língua Portuguesa, desempenham papel central na construção do fenômeno da distorção idade-série. A ausência de políticas públicas amplas que promovam ações efetivas para a correção do fluxo escolar e a estigmatização dos estudantes em distorção idade-série também contribuem para agravar o problema. Estudos apontam que muitos desses alunos enfrentam desmotivação e dificuldades emocionais, intensificadas pela percepção de fracasso escolar e pela falta de suporte educacional e social adequado.

A análise das políticas educacionais, como o Programa Mais Educação (PME), revela que, apesar dos esforços para ampliar o tempo de permanência na escola e oferecer atividades integradas, muitas iniciativas falham em atender às necessidades específicas dos estudantes em

distorção idade-série. Bezerra (2019) destaca que ações como o Projeto de Vida, desenvolvido para promover a autonomia e o protagonismo de jovens em defasagem escolar, obtiveram resultados limitados devido à falta de infraestrutura e ao desinteresse dos alunos por atividades que não atendiam às suas realidades e aspirações.

Embora não tratem diretamente da distorção idade-série, pesquisadores como Lamego e Santos (2018) discutem a importância da interculturalidade e das abordagens pedagógicas voltadas para a diversidade, o que pode contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados por estudantes nessa situação. Suas reflexões sobre preconceito e inclusão educacional ajudam a contextualizar as dificuldades que esses alunos encontram no ambiente escolar. Da mesma forma, Gonçalves e Silva (1998) analisam questões de identidade cultural e desigualdade na educação, temas que dialogam com as dificuldades vivenciadas por estudantes em defasagem escolar. A partir dessas perspectivas, é possível refletir sobre como os processos de escolarização e as políticas educacionais podem (ou não) atender às necessidades específicas desses alunos, reforçando a necessidade de estratégias pedagógicas mais inclusivas.

Outro aspecto relevante é a questão da alfabetização, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dados do Inep mostram que a taxa de distorção idade-série nos anos finais é consideravelmente maior do que nos anos iniciais, evidenciando que os déficits acumulados nos primeiros anos de escolarização têm impacto duradouro na trajetória dos alunos. Torres (2004) ressalta que, embora a adoção de uma progressão continuada nos anos iniciais do ensino fundamental possa prevenir rótulos precoces de fracasso escolar, sua aplicação sem o suporte de medidas complementares contribui para a ampliação das dificuldades nos anos seguintes.

Para construir este estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Por meio de uma revisão da literatura científica sobre a temática, tivemos por objetivo reunir e analisar produções acadêmicas que discutem a distorção idade-série e seus impactos no desempenho escolar e no desenvolvimento dos alunos. Para isso, foram consultadas as bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, priorizando artigos científicos, dissertações e teses que abordam o tema sob diferentes perspectivas no recorte temporal de 1998 a 2024. Esse período foi definido para abranger tanto estudos clássicos e fundamentais sobre a distorção idade-série, que ajudam a compreender a evolução histórica do problema, quanto pesquisas mais recentes, que refletem os desafios e abordagens contemporâneas. No entanto, o foco principal da revisão foi nas produções publicadas a partir de 2017, garantindo uma análise atualizada e alinhada ao cenário educacional contemporâneo.

Os critérios de seleção das fontes incluíram a relevância para o objeto de estudo, a atualidade das publicações e a abordagem de aspectos pedagógicos, sociais e psicológicos

relacionados à distorção idade-série. Além disso, buscou-se utilizar os dados estatísticos mais recentes disponíveis em relatórios oficiais, como o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a fim de garantir um panorama atualizado da situação no Brasil.

Dessa forma, o presente estudo busca não apenas compreender as causas e consequências da distorção idade-série, mas também oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes. Ao abordar esse tema de maneira abrangente, espera-se contribuir para a promoção da equidade e da justiça social no ambiente educacional, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento pleno. Com uma análise detalhada dos fatores associados ao fenômeno, este trabalho visa contribuir para ampliar a compreensão sobre os desafios históricos que limitam o avanço da educação no Brasil.

Este trabalho está estruturado em diferentes seções que abordam os aspectos centrais do tema. A primeira seção explora as principais causas da distorção idade-série, abrangendo fatores pedagógicos, como metodologias inadequadas de ensino; fatores sociais, como desigualdades econômicas e familiares; e fatores estruturais, como a falta de infraestrutura escolar adequada e escassez de professores qualificados. A segunda seção investiga a relação entre a distorção idade-série e a evasão escolar, analisando como a defasagem etária afeta a motivação e a permanência dos alunos no ambiente escolar. Na terceira, será realizada uma análise da distribuição do fenômeno em diferentes regiões do Brasil, com foco nas disparidades regionais em infraestrutura, investimento público e formação docente. Por fim, a quarta seção examina as implicações desse fenômeno para a transição dos alunos para o Ensino Médio, com destaque para os desafios pedagógicos e emocionais enfrentados nesse processo.

## 2. FATORES PEDAGÓGICOS, SOCIAIS E ESTRUTURAIS DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é um fenômeno educacional persistente no Brasil, caracterizado pela defasagem de dois anos ou mais entre a idade do estudante e o ano escolar que ele cursa. Essa condição afeta milhões de alunos da educação básica, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, trazendo impactos negativos para a trajetória escolar e a qualidade da aprendizagem. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, cerca de 16,95% dos estudantes brasileiros estavam em situação de distorção idade-série, com índices ainda mais elevados nas regiões Norte e Nordeste.

Esse problema não pode ser atribuído a um único fator, pois resulta de um conjunto de elementos interligados que influenciam a progressão escolar dos alunos. Para compreender melhor suas causas, é necessário analisar três grandes categorias de fatores: pedagógicos, sociais e estruturais. Esses aspectos não apenas contribuem para o aumento da distorção idade-série, mas também dificultam a implementação de soluções eficazes para mitigar essa realidade.

Os fatores pedagógicos referem-se às práticas educacionais, políticas de avaliação, organização curricular e metodologias de ensino que impactam diretamente o desempenho e a progressão educacional dos alunos. Dois dos principais determinantes da distorção idade-série é a reprovação escolar, que, historicamente, tem sido usada como estratégia para garantir a aprendizagem, mas que, na prática, contribui para o aumento da defasagem idade-ano e da evasão escolar. Segundo Barros e Mendonça (1998), a repetência aumenta a probabilidade de abandono escolar, reduz a autoestima dos estudantes e aprofunda desigualdades educacionais, especialmente entre alunos de baixa renda. Além disso, a repetição contínua de conteúdos sem adaptação às necessidades do aluno faz com que muitos deles percam o interesse pelos estudos e sintam-se desmotivados para continuar na escola.

Outro problema pedagógico central é a deficiência na formação dos professores, que impacta diretamente a qualidade do ensino. Muitos docentes não possuem preparo adequado para lidar com alunos em situação de distorção idade-série, o que dificulta a adoção de metodologias diferenciadas para atender às necessidades individuais desses estudantes. A falta de formação continuada e a ausência de programas de capacitação voltados para o ensino de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem agravam ainda mais esse cenário. Além disso, a sobrecarga de trabalho, aliada a salários baixos e a falta de recursos pedagógicos, contribui para a desmotivação dos professores, que muitas vezes não conseguem se atualizar

em relação às novas abordagens pedagógicas ou adaptar suas práticas ao perfil diversificado de seus alunos.

A organização curricular rígida e as políticas de progressão escolar também são fatores relevantes. A ausência de abordagens pedagógicas flexíveis, como o ensino por projetos, metodologias ativas e estratégias de reforço escolar, impede que os alunos superem suas dificuldades de forma eficiente. Em muitas escolas, não há iniciativas voltadas para a recuperação do aprendizado, e o ensino tradicional, baseado na transmissão mecânica de conteúdos, dificulta a adaptação dos estudantes que já acumulam defasagens educacionais (Portella, Bussmann & Oliveira, 2017).

Por outro lado, os fatores sociais e econômicos (extracurriculares) são também impactantes para a distorção idade-série. As condições socioeconômicas das famílias exercem uma influência determinante na permanência e no desempenho escolar dos estudantes. Crianças provenientes de famílias com baixa renda e com pais menos escolarizados têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades acadêmicas, uma vez que fatores externos à escola afetam diretamente sua capacidade de aprendizado e engajamento com os estudos.

Um dos principais fatores sociais relacionados à distorção idade-série é a necessidade de trabalho infantil e juvenil. Muitos alunos precisam dividir seu tempo entre escola e trabalho para contribuir com a renda familiar, o que compromete seu rendimento acadêmico e aumenta a probabilidade de repetência e evasão. O relatório do UNICEF (2018), por exemplo, aponta que cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes brasileiros entre 5 e 17 anos estão envolvidos em alguma forma de trabalho infantil, o que prejudica diretamente seu desempenho escolar e sua frequência nas aulas.

A falta de acesso aos recursos básicos, como transporte escolar, materiais didáticos adequados, a dificuldade de acesso a tecnologias, a ausência de um ambiente propício para o estudo em casa e a escassez de recursos para atividades extracurriculares limitam as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes. Além disso, o estresse relacionado a problemas financeiros e a insegurança alimentar pode prejudicar a saúde mental e emocional dos alunos, tornando-os mais vulneráveis ao abandono escolar. Uma vez que os alunos que enfrentam essas dificuldades tendem a faltar mais às aulas, têm menor concentração e apresentam um desempenho inferior em comparação aos colegas que possuem melhores condições socioeconômicas (Bezerra, 2019).

Além disso, o ambiente doméstico tem um papel crucial na trajetória escolar dos estudantes. Crianças que vivem em famílias com condições precárias de vida ou sem o apoio dos pais na vida escolar enfrentam desafios emocionais que impactam diretamente sua

progressão acadêmica. Estudos mostram que alunos que moram sem a presença de ambos os pais apresentam maiores dificuldades emocionais e financeiras, o que aumenta o risco de reprovação e abandono escolar (Leon & Menezes-Filho, 2002).

Os fatores estruturais também desempenham um papel significativo na ampliação da distorção idade-série. A infraestrutura precária das escolas públicas é um dos principais entraves para a aprendizagem dos alunos em defasagem. Muitas instituições enfrentam problemas como salas superlotadas, falta de professores qualificados, escassez de materiais didáticos e ausência de recursos tecnológicos que poderiam facilitar a aprendizagem. Essas condições comprometem a qualidade do ensino, tornando o ambiente escolar desmotivador e dificultando a implementação de metodologias pedagógicas.

A localização geográfica das escolas e a configuração social e econômica do território (urbano ou rural) também são um dos fatores determinantes. Estudantes de áreas rurais ou de periferias urbanas enfrentam dificuldades adicionais para acessar instituições de ensino, muitas vezes precisando percorrer longas distâncias para chegar à escola. A ausência de transporte escolar adequado e a precariedade das estradas dificultam a frequência regular dos alunos, aumentando a taxa de evasão e, consequentemente, a distorção idade-série (Portella, Bussmann & Oliveira, 2017). Esses desafios logísticos não apenas interferem na continuidade dos estudos, mas também geram um desgaste físico e emocional nos estudantes, que enfrentam o cansaço e a frustração com a dificuldade de acesso à educação.

Outro fator estrutural relevante é a matrícula tardia, que contribui significativamente para a defasagem escolar. Crianças que ingressam na escola após a idade recomendada iniciam sua trajetória educacional já em desvantagem, o que pode acarretar dificuldades de adaptação e aprendizado. O atraso na matrícula pode ocorrer por diversos motivos, incluindo falta de vagas, desinformação dos responsáveis e barreiras logísticas, como dificuldades de deslocamento até a escola. Quando a matrícula é realizada tarde, as crianças perdem uma parte crucial do processo de alfabetização e da socialização escolar, o que compromete a aquisição de competências essenciais nas etapas iniciais da educação. Esse atraso no início da escolarização aumenta as chances de dificuldades acadêmicas e, consequentemente, contribui para a perpetuação da distorção idade-série, uma vez que os alunos entram no sistema educacional em condições desiguais em relação aos seus pares.

A evasão escolar também agrava o problema da distorção idade-série. Alunos que interrompem seus estudos por um período e retornam posteriormente encontram dificuldades para acompanhar o currículo, o que contribui para o aumento da defasagem escolar. Muitas vezes, os alunos que retornam após uma evasão enfrentam uma adaptação difícil, pois não há

um planejamento adequado de reintegração ou estratégias específicas para lidar com as lacunas no aprendizado. Além disso, fatores como a falta de acompanhamento psicossocial, a escassez de materiais pedagógicos e a deficiente formação dos professores para lidar com situações de distorção idade-série, agravam a dificuldade de retomada do processo de ensino-aprendizagem, tornando a recuperação ainda mais complexa. Essas falhas estruturais e pedagógicas acabam intensificando o ciclo de defasagem escolar e a evasão, já que os estudantes se sentem incapazes de acompanhar o ritmo das aulas e acabam abandonando os estudos novamente.

A distorção idade-série é um problema complexo e multifacetado, influenciado por diversos fatores interligados. Além dos aspectos pedagógicos, sociais e estruturais, elementos extraescolares como origem social, raça também desempenham um papel crucial na perpetuação das desigualdades educacionais no Brasil. A desigualdade racial, por exemplo, ainda é uma realidade marcante, com estudantes negros e pardos, muitas vezes, enfrentando barreiras adicionais em seu percurso educacional, como o acesso desigual a recursos de qualidade, apoio familiar e infraestrutura escolar. A falta de políticas públicas efetivas para combater essas desigualdades, somada à histórica exclusão social de determinados grupos, contribui para o acúmulo de defasagem idade-série, agravando o ciclo de pobreza e limitando as oportunidades de ascensão social.

Diante desse cenário, fica evidente que a distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental é um problema complexo, influenciado por múltiplos fatores interligados. A compreensão desses determinantes é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que visem à redução da defasagem escolar e à promoção da equidade no sistema educacional brasileiro. Nos próximos capítulos, aprofundaremos a análise das consequências da distorção idade-série para o desempenho acadêmico e as possíveis estratégias para mitigar esse problema.

### 3. RELAÇÃO ENTRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE E A EVASÃO ESCOLAR

A relação entre a distorção idade-série e a evasão escolar é um fenômeno complexo que envolve múltiplos fatores de ordem pedagógica, socioeconômica e psicológica. A defasagem entre a idade do aluno e a série cursada está diretamente associada ao aumento das chances de abandono escolar, pois contribui para um ciclo de desmotivação, dificuldades de aprendizagem e exclusão social no ambiente escolar. Estudos indicam que quanto maior a defasagem idade-série, maior é o risco de evasão, uma vez que o aluno se sente deslocado entre seus pares, experimenta dificuldades acadêmicas e, muitas vezes, sofre estigmatização dentro da escola.

Além disso, o fracasso escolar e a repetência geram um efeito cumulativo que pode levar ao afastamento progressivo do estudante e, em última instância, ao abandono definitivo da escola.

A evasão escolar é um problema multifacetado, resultado de uma combinação de fatores internos e externos à escola. No contexto brasileiro, estudos apontam que a distorção idade-série é mais prevalente entre estudantes de baixa renda, que enfrentam condições socioeconômicas adversas, como, por exemplo, a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar. Além disso, a falta de políticas públicas eficazes para combater a evasão e a ausência de estratégias pedagógicas que contemplam as necessidades dos estudantes em situação de defasagem agravam ainda mais o problema. A pesquisa de Ramos e Gonçalves Junior (2024) destaca que a evasão escolar não ocorre de forma repentina, mas é o ápice de um processo contínuo de desengajamento entre o estudante e a escola, no qual sinais como faltas frequentes, baixo rendimento e desmotivação surgem ao longo do tempo.

Outro fator relevante é a influência da vulnerabilidade social sobre a evasão escolar. Jovens em situação de risco, provenientes de famílias monoparentais, com baixa escolaridade dos pais ou que residem em áreas com pouca infraestrutura educacional, apresentam maiores chances de abandonar os estudos. A interseção entre a desigualdade social e a distorção idade-série reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais que garantam não apenas o acesso à escola, mas também a permanência dos estudantes. Estudos mostram que a escola pode se tornar um ambiente hostil para aqueles que já enfrentam dificuldades externas, pois, muitas vezes, a instituição não oferece suporte adequado para atender às especificidades desses alunos. A falta de metodologias inclusivas e a rigidez curricular podem contribuir para a sensação de fracasso escolar e para a consequente evasão.

A evasão escolar também está associada a questões subjetivas dos estudantes. Muitos jovens que acumulam reprovações e se encontram em situação de distorção idade-série

desenvolvem sentimentos de baixa autoestima e desmotivação, pois percebem que seu percurso educacional não se alinha às expectativas da sociedade. Além disso, fatores como bullying, dificuldades de aprendizagem e a falta de pertencimento ao grupo tornam o ambiente escolar pouco acolhedor. A pesquisa realizada por Souza et al. (2020) aponta que o envolvimento com o tráfico de drogas e outras formas de trabalho precoce são alternativas buscadas por jovens que não encontram na escola um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, a escola precisa adotar práticas pedagógicas que considerem as realidades dos estudantes em distorção idade-série, buscando estratégias que favoreçam sua integração e motivação para os estudos.

Outro aspecto fundamental da relação entre distorção idade-série e evasão escolar é a influência das políticas educacionais. Sistemas escolares que não oferecem alternativas flexíveis para alunos em defasagem, como programas de aceleração da aprendizagem e ensino personalizado, acabam empurrando esses estudantes para a marginalização acadêmica. Quando a escola não se adapta às necessidades desses alunos, reforça-se um ciclo de exclusão que culmina na evasão. Esse processo é agravado pela falta de acompanhamento pedagógico adequado, que muitas vezes desconsidera as dificuldades individuais dos estudantes e os mantém em um currículo que não atende às suas necessidades. Além disso, a rigidez dos sistemas de avaliação e progressão escolar podem contribuir para a percepção de fracasso, levando os alunos a abandonarem os estudos por não conseguirem acompanhar o ritmo estabelecido. Em alguns casos, a ausência de suporte emocional e social na escola intensifica esse distanciamento, tornando a evasão uma escolha quase inevitável para aqueles que já enfrentam desafios dentro e fora do ambiente escolar.

As desigualdades regionais influenciam diretamente os índices de evasão e reprovação escolar, demonstrando como fatores econômicos, sociais e educacionais específicos de cada localidade impactam a trajetória dos estudantes. Regiões metropolitanas mais desenvolvidas, como São Paulo, apresentam menores taxas de distorção idade-série e abandono escolar em comparação com outras cidades, especialmente aquelas com menor infraestrutura educacional e condições socioeconômicas mais precárias. Essa diferença está relacionada ao acesso desigual a recursos, como escolas bem estruturadas, professores mais qualificados e programas de apoio ao aprendizado, que favorecem a continuidade dos estudos. Em regiões mais vulneráveis, a evasão tende a ser maior devido à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, à falta de suporte familiar para os estudos e à baixa qualidade do ensino, que desmotiva os alunos e reforça o ciclo de fracasso escolar. Além disso, a percepção do valor da educação pode variar conforme o contexto local, fazendo com que em algumas áreas o abandono da escola seja uma

alternativa mais comum diante das dificuldades enfrentadas. Assim, a relação entre desigualdade regional e evasão escolar evidencia como fatores estruturais e socioeconômicos podem acentuar a distorção idade-série e comprometer a permanência dos estudantes na escola.

Para minimizar os impactos da distorção idade-série na evasão escolar, é fundamental a implementação de políticas educacionais que promovam o acompanhamento individualizado dos alunos, além de metodologias ativas e flexíveis que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem. Programas de recuperação paralela, estratégias de ensino que valorizem as experiências dos estudantes e o fortalecimento da relação entre escola e família são medidas essenciais para garantir a permanência desses jovens no ambiente escolar. O combate à evasão não deve se limitar a estratégias punitivas, como a obrigatoriedade da frequência, mas sim incluir ações que tornem a escola um espaço significativo para os estudantes. A valorização da diversidade e o reconhecimento das dificuldades individuais são passos fundamentais para uma educação mais equitativa e inclusiva.

Ademais, é importante destacar que a permanência do aluno na escola está relacionada à qualidade das interações entre professores e estudantes. Docentes preparados para lidar com a diversidade dos alunos, aplicando abordagens pedagógicas dinâmicas e contextualizadas, contribuem significativamente para reduzir a evasão escolar. Programas de formação continuada para professores, que os capacitem para identificar e intervir em situações de risco de abandono escolar, são necessários para enfrentar essa problemática. Além disso, a gestão escolar deve ser participativa, envolvendo a comunidade e criando um ambiente mais acolhedor e responsável às necessidades dos estudantes.

Constata-se que houve avanços na universalização do ensino, especialmente no aumento das taxas de avanço escolar ao longo dos anos. No entanto, a entrada no ensino superior ainda é marcada por barreiras socioeconômicas que dificultam o acesso dos estudantes mais pobres, evidenciando que os desafios enfrentados na educação básica têm repercussões ao longo de toda a trajetória educacional. A distorção idade-série e a evasão escolar não afetam apenas a permanência no ensino fundamental e médio, mas também reduzem significativamente as chances de ingresso e conclusão do ensino superior, uma vez que muitos estudantes, ao acumularem defasagens e lacunas no aprendizado, encontram mais dificuldades para competir por vagas em universidades públicas ou se manterem no ensino superior privado.

Além disso, a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, muitas vezes impulsionada pela evasão na educação básica, faz com que jovens de baixa renda priorizem empregos de baixa qualificação em detrimento da continuidade dos estudos. Assim, a falta de investimentos e políticas eficazes para combater esses problemas desde a base

compromete não apenas a escolarização inicial, mas também o acesso a níveis mais elevados de ensino, perpetuando a desigualdade social e limitando oportunidades de ascensão profissional. Portanto, é essencial ampliar políticas de permanência escolar que ofereçam suporte financeiro, pedagógico e psicológico aos alunos em situação de vulnerabilidade, garantindo que a universalização do ensino não se restrinja apenas à matrícula, mas à efetiva progressão e conclusão dos estudos em todos os níveis. Somente por meio de um conjunto de ações integradas será possível reduzir os índices de evasão e assegurar que mais jovens tenham acesso à educação superior e às oportunidades que ela proporciona.

Por fim, a distorção idade-série e a evasão escolar devem ser compreendidas como problemas que exigem soluções integradas. O enfrentamento dessas questões passa pela implementação de políticas públicas efetivas, investimentos na formação docente e no suporte socioemocional aos estudantes, além da promoção de um currículo mais flexível e alinhado às necessidades reais dos alunos. Somente com um olhar amplo e multidisciplinar será possível reduzir os índices de abandono escolar e garantir o direito à educação de qualidade para todos.

#### 4. DISPARIDADES REGIONAIS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação no Brasil é marcada por profundas desigualdades regionais, refletindo-se em diversos indicadores, entre eles a distorção idade-série. Em 2023, os dados sobre atraso escolar nos anos finais do ensino fundamental evidenciam diferenças significativas entre as regiões, indicando desafios estruturais e sociais que impactam diretamente o desempenho acadêmico dos estudantes. Enquanto a média nacional de alunos com distorção idade-série no ensino fundamental se manteve elevada, estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais muito superiores à média nacional, revelando um cenário preocupante de atraso escolar.

De acordo com os dados de 2023 (INEP,2023), estados como Pará (32,8%), Amapá (32%) e Bahia (28,8%) registraram os maiores índices de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental. Em contrapartida, estados das regiões Sul e Sudeste, como São Paulo (7,2%) e Paraná (10,1%), apresentaram percentuais significativamente menores. Essa disparidade pode ser explicada por uma combinação de fatores históricos, socioeconômicos e estruturais que afetam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Historicamente, o desenvolvimento desigual entre as regiões do Brasil reflete heranças coloniais e políticas educacionais passadas que não priorizaram a equidade no acesso à educação. Regiões como o Norte e Nordeste historicamente receberam menos investimentos em infraestrutura e qualificação docente, o que resultou em um sistema educacional mais frágil. Além disso, a pobreza é um dos maiores determinantes da distorção idade-série. Famílias em situação de vulnerabilidade muitas vezes enfrentam dificuldades para garantir que seus filhos frequentem a escola regularmente. A necessidade de trabalho infantil, a insegurança alimentar e a falta de um ambiente de estudo adequado impactam diretamente a trajetória educacional dos estudantes dessas regiões.

A falta de políticas educacionais eficazes agrava ainda mais esse cenário, pois a ausência de programas estruturados para corrigir a distorção idade-série contribui para a perpetuação das desigualdades regionais. Muitas políticas públicas implementadas não possuem continuidade, sendo desarticuladas ou insuficientemente financiadas ao longo dos anos. Além disso, a distribuição desigual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) impacta diretamente a qualidade do ensino nas diferentes regiões. Embora o Fundeb seja essencial para o financiamento da educação básica, sua aplicação muitas vezes não considera as desigualdades históricas entre estados e municípios, resultando em investimentos inadequados para escolas situadas em áreas mais vulneráveis. A falta de fiscalização na

aplicação dos recursos e a ineficiência na gestão educacional impedem que os investimentos cheguem às escolas que mais necessitam de suporte para melhorar a infraestrutura, qualificar docentes e oferecer programas de recuperação da aprendizagem.

O estudo de Cruz e Rocha (2018) analisa os efeitos do financiamento da educação, especificamente do FUNDEF e do FUNDEB, na frequência escolar e no trabalho infantil, evidenciando que, embora o aumento dos recursos tenha contribuído para uma leve redução da distorção idade-série, seus impactos sobre a qualidade do ensino ainda são limitados.

Os autores identificaram que um acréscimo de R\$100 per capita nas transferências dos fundos resultou em uma redução de 0,02 anos na distorção idade-série e um pequeno aumento na frequência escolar (0,05 pontos percentuais). No entanto, os efeitos sobre o trabalho infantil foram praticamente nulos, sugerindo que a permanência na escola ainda depende de fatores como condições econômicas das famílias e políticas sociais complementares. Esse cenário é especialmente preocupante em estados das regiões Norte e Nordeste, que concentram os maiores índices de distorção idade-série e menores investimentos educacionais, agravando as dificuldades enfrentadas por crianças em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa também aponta que os impactos do financiamento variam de acordo com o contexto socioeconômico e regional. Municípios com maior proporção de matrículas na rede municipal e aqueles com menor renda per capita foram os que mais se beneficiaram das transferências do FUNDEF/FUNDEB. Isso indica que os fundos ajudaram a reduzir desigualdades, mas não foram suficientes para corrigir a disparidade histórica no acesso à educação de qualidade. Além disso, a descentralização promovida pelos fundos trouxe desafios adicionais, pois muitos municípios não estavam preparados para gerir os recursos de forma eficiente, contratar professores qualificados e melhorar a infraestrutura escolar.

Outro ponto importante é que, apesar da diminuição da distorção idade-série, o aumento das matrículas não resultou necessariamente em avanços no aprendizado. Isso pode estar relacionado ao fato de que, embora os fundos tenham promovido a ampliação das matrículas e melhorado o acesso à educação, a qualidade do ensino e o aprendizado dos alunos não avançaram na mesma proporção. Além disso, a descentralização promovida pelo FUNDEF/FUNDEB pode ter gerado desafios na gestão educacional, uma vez que muitos municípios não estavam preparados para administrar os recursos de forma eficiente. Assim, os autores destacam que, para garantir um impacto mais significativo na aprendizagem e na equidade educacional, é essencial que o financiamento seja acompanhado por políticas pedagógicas eficazes e melhor gestão dos recursos.

Embora o financiamento educacional tenha desempenhado um papel importante na redução da distorção idade-série, sua eficácia ainda é limitada pela desigualdade na distribuição dos recursos e pela falta de políticas públicas mais abrangentes. Para garantir que alunos das regiões mais vulneráveis tenham reais oportunidades de sucesso escolar, é essencial que o investimento em educação venha acompanhado de estratégias que promovam não apenas acesso, mas também equidade e qualidade no ensino.

Os fatores históricos também desempenham um papel fundamental na perpetuação das desigualdades educacionais no Brasil. O país, desde a colonização, adotou um modelo educacional elitista, no qual a educação formal era acessível apenas a uma pequena parcela da população. Durante grande parte do século XX, as políticas educacionais foram insuficientes para reduzir essa lacuna, resultando em um cenário no qual o acesso à educação básica universal foi alcançado tarde. Além disso, a interiorização da educação ocorreu de forma desigual, com as regiões mais ricas recebendo maior atenção em termos de investimentos em infraestrutura e formação docente, enquanto áreas rurais e periféricas continuaram com estruturas precárias e baixos índices de escolarização.

Os fatores socioeconômicos também são determinantes para a compreensão da distorção idade-série, pois estão diretamente ligados às condições de vida das famílias. Em regiões com altos índices de pobreza, muitas crianças e adolescentes enfrentam dificuldades para manter a regularidade escolar devido à necessidade de contribuir financeiramente para suas famílias. A precariedade no acesso a recursos básicos, como alimentação adequada, transporte escolar e materiais didáticos, afeta significativamente o desempenho acadêmico e a capacidade de aprendizado dos alunos. Além disso, a falta de apoio familiar para os estudos, muitas vezes decorrente do baixo nível educacional dos pais, contribui para o aumento das taxas de repetência e evasão escolar, perpetuando o ciclo intergeracional de pobreza e baixa escolaridade.

Os fatores estruturais também representam desafios significativos para a equidade educacional no Brasil. A distribuição desigual dos investimentos públicos na educação afeta diretamente a qualidade do ensino oferecido em diferentes regiões do país. Escolas situadas em áreas urbanas centrais costumam contar com melhores condições de infraestrutura, corpo docente mais qualificado e acesso a tecnologias educacionais modernas. Em contraste, instituições localizadas em áreas rurais ou regiões periféricas frequentemente enfrentam escassez de professores, falta de recursos pedagógicos e ambientes escolares inadequados para o aprendizado. A ausência de programas eficazes de recuperação da aprendizagem e políticas educacionais que atendam às especificidades regionais agrava ainda mais a situação da

distorção idade-série, dificultando a permanência e o sucesso escolar dos alunos mais vulneráveis.

Os achados do estudo de Bezerra e Ramos (2008) corroboram essas desigualdades ao analisarem a distribuição do capital humano no Brasil entre 1981 e 2005. O Índice de Gini Educacional (IGE) demonstrou que, embora tenha havido avanços no acesso à educação, a desigualdade na distribuição da escolaridade permaneceu acentuada, especialmente nas regiões com menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita, como o Nordeste. O artigo enfatiza que, apesar da ampliação dos anos médios de estudo, o ritmo de crescimento não foi suficiente para reduzir as disparidades regionais de forma significativa. Esse cenário se reflete nos dados atuais, nos quais estados nordestinos continuam apresentando altos índices de distorção idade-série, evidenciando a persistência de desafios na educação pública.

Outro fator determinante na manutenção dessas desigualdades é a transição escolar entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental. O estudo de Reis e Nogueira (2021) destaca que a passagem do 5º para o 6º ano representa um momento crítico na trajetória escolar dos estudantes, com um aumento expressivo nas taxas de reprovação e distorção idade-série. Em 2019, por exemplo, a taxa de distorção idade-série no 5º ano era de 17,4%, mas subia para 24,3% no 6º ano. Esse padrão se manteve nos anos seguintes, indicando que a mudança de unidocência para pluridocência, a fragmentação dos tempos escolares e as novas exigências pedagógicas são desafios que dificultam a adaptação dos estudantes e contribuem para o abandono ou atraso escolar.

### Considerações finais

Os dados apresentados e resultados da pesquisa bibliográfica sobre a temática da distorção idade-série no Brasil, apresentados ao longo deste artigo indicam que é fundamental observar que o fenômeno não pode ser entendido de modo generalista pois a realidade educacional varia entre estados e regiões. Cada localidade possui desafios e especificidades próprias que influenciam diretamente os índices de atraso escolar. Fatores como políticas educacionais locais, investimentos estaduais e municipais, cultura regional e características socioeconômicas podem impactar de forma significativa a trajetória escolar dos estudantes. Dessa forma, qualquer análise deve considerar as particularidades de cada contexto para evitar simplificações excessivas e propor soluções que realmente atendam às necessidades específicas de cada região.

Diante desse panorama, torna-se essencial a implementação de políticas públicas direcionadas à redução da distorção idade-série, especialmente nas regiões mais afetadas. Investimentos em programas de reforço escolar, acompanhamento pedagógico individualizado e estratégias de transição mais eficazes entre os ciclos podem contribuir para mitigar esse problema. Além disso, políticas que integrem assistência social e educacional são fundamentais para garantir que alunos em situação de vulnerabilidade tenham condições de permanecer na escola e progredir adequadamente em sua trajetória acadêmica.

Portanto, os desafios educacionais enfrentados pelo Brasil refletem não apenas desigualdades estruturais, mas também a necessidade de repensar práticas pedagógicas e políticas públicas que garantam um ensino de qualidade e equitativo para todos os estudantes, independentemente da região em que vivem. Além disso, é fundamental investir na formação contínua dos professores, na valorização da carreira docente e na ampliação do acesso a recursos pedagógicos adequados, garantindo que cada aluno tenha condições de desenvolver plenamente suas habilidades e potencialidades. Somente por meio de ações integradas e de longo prazo será possível reduzir as disparidades educacionais e construir um sistema de ensino mais justo e inclusivo.

## 5. IMPACTOS NA INTRODUÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO E INTERVENÇÕES

A distorção idade-série no ensino médio é um fenômeno complexo que afeta diretamente a qualidade da educação e a trajetória acadêmica dos estudantes. Essa problemática está associada a diversos fatores estruturais e individuais, incluindo reprovações consecutivas, abandono temporário da escola, condições socioeconômicas adversas e fragilidades no ensino fundamental. De acordo com a pesquisa de Ferreira et al. (2020), a distorção idade-série impacta a continuidade dos estudos, resultando em desmotivação, dificuldades de aprendizado e, consequentemente, maior probabilidade de evasão escolar. Além disso, essa defasagem compromete a inserção dos jovens no mercado de trabalho, reduzindo suas oportunidades profissionais e reforçando ciclos de pobreza e desigualdade social.

A transição do ensino fundamental para o ensino médio é um momento crucial na vida dos estudantes, pois representa não apenas a continuidade da escolarização, mas também desafios acadêmicos e sociais que podem ser agravados pela defasagem idade-série. Alunos que ingressam no ensino médio com atraso etário podem enfrentar dificuldades na adaptação ao novo currículo, que exige maior autonomia, leitura crítica e capacidade de organização dos estudos. Além disso, a diferença de idade em relação aos colegas pode gerar constrangimentos e afetar a interação social, tornando a experiência escolar menos motivadora (Lima & Gomes, 2013). O impacto dessa transição não se restringe ao ambiente escolar, uma vez que também pode influenciar o desenvolvimento pessoal do estudante, comprometendo sua autoconfiança e suas perspectivas de futuro.

Muitos estudantes que ingressam no ensino médio já carregam dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo do ensino fundamental, o que agrava a transição e compromete o rendimento acadêmico. Esse período de mudança exige uma maior capacidade de autogerenciamento dos estudos e uma adaptação ao aumento da carga horária e da complexidade dos conteúdos. Para aqueles que já apresentam dificuldades, a falta de suporte adequado pode resultar em maior taxa de repetência e, consequentemente, abandono escolar (INEP, 2018). A ausência de metodologias de ensino inclusivas e a rigidez curricular dificultam ainda mais a adaptação desses alunos, tornando o processo de ensino pouco eficiente para atender às necessidades de um público tão diverso.

Além das dificuldades pedagógicas, há também impactos emocionais significativos. A sensação de fracasso acumulado ao longo dos anos pode gerar desmotivação e baixa autoestima, tornando a adaptação ao ensino médio ainda mais desafiadora. Muitos estudantes em distorção

idade-série sentem que não pertencem ao ambiente escolar, o que pode levá-los a desenvolver um comportamento apático ou até mesmo de resistência às atividades acadêmicas. A pressão social, especialmente para aqueles que são mais velhos do que seus colegas de turma, pode se tornar um fator decisivo na evasão escolar (UNICEF, 2018). Essas barreiras emocionais podem ser agravadas por ambientes escolares pouco acolhedores, que reforçam a exclusão desses alunos e não oferecem suporte psicológico adequado para auxiliá-los nesse processo de adaptação.

A análise realizada a partir dos documentos consultados demonstrou que essa distorção tem impactos profundos tanto na motivação dos alunos quanto na taxa de evasão escolar. Os estudantes em situação de defasagem idade-série estão mais propensos a apresentar baixo rendimento acadêmico, menor engajamento nas atividades escolares e maior probabilidade de abandono dos estudos. Dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que cerca de 19,5% dos alunos do ensino médio apresentam algum tipo de defasagem idade-série, sendo esse percentual ainda mais elevado nas regiões Norte e Nordeste do país. Esse cenário é corroborado por Pereira e Teixeira (2024), que demonstram a relação entre dificuldades socioeconômicas e altas taxas de distorção idade-série, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi a relação entre segurança pública e distorção idade-série. Estudos apontam que altos índices de violência impactam a continuidade dos estudos, aumentando a defasagem idade-série. A exposição constante à violência escolar e comunitária pode comprometer a assiduidade dos alunos, gerar dificuldades emocionais e cognitivas e, consequentemente, aumentar os índices de evasão escolar. Rocha e Teixeira (2024) argumentam que a criminalidade interfere no cotidiano escolar, reduzindo a permanência dos estudantes e contribuindo para maiores índices de distorção idade-série. Por outro lado, investimentos em segurança pública podem contribuir para a redução desse problema ao proporcionar um ambiente mais seguro para a aprendizagem.

Além disso, a precarização das condições de ensino nas escolas públicas é um fator determinante para a perpetuação desse problema. A falta de professores qualificados, a ausência de material didático atualizado e as estruturas escolares inadequadas são desafios recorrentes enfrentados pelos alunos que estão em defasagem escolar (Amorim & Gomes, 2013). Escolas superlotadas e com falta de recursos tecnológicos limitam a capacidade de ensino e dificultam a recuperação da aprendizagem desses estudantes.

Outro fator que interfere na transição para o ensino médio é a necessidade de muitos estudantes conciliarem estudo e trabalho. Para alunos em situação de vulnerabilidade social, a

prioridade muitas vezes recai sobre a necessidade de contribuir financeiramente para a família, o que reduz o tempo disponível para os estudos e aumenta as chances de abandono. As escolas, por sua vez, muitas vezes não oferecem a flexibilidade necessária para acomodar essa realidade, o que torna o processo de permanência ainda mais difícil (Pereira & Teixeira, 2024). A falta de políticas públicas que conciliem ensino e trabalho, como programas de aprendizagem profissional e ensino noturno de qualidade, agrava a evasão escolar e compromete a qualificação desses jovens para o mercado de trabalho.

Dentre os fatores que levam à distorção idade-série, destacam-se a baixa qualidade do ensino fundamental, a reprovação e dificuldades de aprendizado, fatores socioeconômicos, violência escolar e comunitária e a falta de políticas públicas eficazes (Lima & Gomes, 2013). A falta de infraestrutura adequada e a formação deficiente de professores comprometem a aprendizagem desde os anos iniciais. Além disso, alunos que enfrentam dificuldades cognitivas, muitas vezes sem o devido suporte pedagógico, tendem a repetir séries, aumentando sua defasagem escolar. A pobreza, a necessidade de trabalhar desde cedo e a falta de suporte familiar são determinantes para a permanência do aluno na escola. Ademais, como mencionado, a violência tem um impacto direto na frequência escolar, afetando a continuidade dos estudos e aumentando a probabilidade de evasão. Finalmente, a ausência de programas de recuperação e aceleração da aprendizagem prejudica a reinserção dos alunos no fluxo escolar adequado.

Diante desse cenário, algumas intervenções são fundamentais para mitigar os efeitos da distorção idade-série e promover a inclusão dos estudantes no ensino médio de maneira adequada. Os programas de recuperação e aceleração da aprendizagem podem ajudar a reduzir os impactos da reprovação por meio da criação de turmas especiais para alunos defasados, com metodologia adaptada e professores treinados. O fortalecimento do ensino fundamental, com investimentos em infraestrutura, capacitação docente e materiais didáticos de qualidade, também se faz necessário. Além disso, o apoio psicopedagógico é essencial para alunos que enfrentam dificuldades emocionais, sociais e acadêmicas. A presença de psicólogos e orientadores educacionais pode fazer diferença na permanência do estudante na escola (Ferreira et al., 2020). Programas de tutoria, nos quais alunos mais experientes auxiliam aqueles em situação de atraso escolar, também podem contribuir para a adaptação ao novo ambiente acadêmico.

Outra ação importante é a integração com políticas de segurança pública, visando a melhoria da segurança no entorno escolar, o que pode aumentar a permanência dos alunos na escola e reduzir os índices de abandono. A flexibilização curricular, tornando o currículo mais dinâmico e adaptável às realidades dos alunos, incluindo ensino profissionalizante e

modalidades de educação de jovens e adultos (EJA), pode evitar que os alunos abandonem os estudos. Modelos pedagógicos inovadores, como itinerários formativos mais diversificados e metodologias ativas de ensino, podem tornar o aprendizado mais atrativo e conectado às realidades dos estudantes. Por fim, as parcerias interinstitucionais entre escolas, famílias, comunidades e organizações não governamentais são essenciais para garantir um suporte integral aos estudantes.

Além disso, é importante considerar que políticas de incentivo financeiro, como bolsas de estudo e programas de transferência de renda condicionados à permanência escolar, têm demonstrado eficácia na redução da evasão e na melhoria do desempenho acadêmico. Iniciativas como o Programa Bolsa Família e a ampliação do acesso ao transporte escolar gratuito são estratégias relevantes para assegurar a frequência dos alunos e reduzir as desigualdades educacionais (INEP, 2018). Programas de estágio e formação técnica vinculados ao ensino médio também podem estimular a permanência dos estudantes, oferecendo-lhes oportunidades concretas de inserção no mundo do trabalho.

A distorção idade-série no ensino médio não é apenas um problema educacional, mas também social e econômico. O alto número de estudantes defasados compromete não apenas suas trajetórias individuais, mas também o desenvolvimento do país, uma vez que um ensino de baixa qualidade gera impactos diretos no mercado de trabalho e na economia nacional. A implementação de políticas públicas eficazes e a valorização de um ensino inclusivo e de qualidade são essenciais para garantir que todos os estudantes possam ter uma trajetória escolar bem-sucedida e igualitária. Somente através de esforços conjuntos entre governos, instituições de ensino e sociedade será possível reduzir a distorção idade-série e promover um ensino médio acessível e eficaz para todos. Assim, um sistema educacional mais inclusivo e adaptável às realidades dos estudantes será fundamental para reduzir a desigualdade e ampliar as oportunidades de futuro para a juventude brasileira.

## 6. CONCLUSÃO

A distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental é um fenômeno que reflete não apenas desafios estruturais, pedagógicos e socioeconômicos, mas também um histórico de desigualdade no acesso e na permanência escolar. Os dados analisados demonstram que a defasagem escolar compromete significativamente a trajetória educacional dos alunos, criando um ciclo de reprovações, desmotivação e, em muitos casos, evasão. Além disso, essa defasagem tem impactos diretos no desempenho acadêmico, resultando em dificuldades de aprendizagem que, se não tratadas adequadamente, comprometem o desenvolvimento integral dos estudantes. A partir da identificação das causas desse problema, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada para solucioná-lo.

Entre os fatores pedagógicos, observa-se que a reprovação escolar continua sendo utilizada como estratégia para garantir a aprendizagem, embora seu impacto real seja negativo, pois contribui para a estigmatização dos estudantes e o aumento da defasagem. A ausência de metodologias adaptativas e a formação insuficiente dos docentes dificultam a implementação de estratégias eficazes de recuperação da aprendizagem, perpetuando o fracasso escolar. Além disso, a rigidez curricular e a falta de programas de reforço escolar limitam as oportunidades dos alunos em distorção idade-série de se reintegrarem de maneira eficiente ao fluxo regular de ensino. O despreparo das escolas em lidar com essa realidade reflete a carência de políticas educacionais direcionadas a esse público, o que agrava ainda mais o problema e amplia as desigualdades de aprendizado. A Lei nº 11.274/2006, que ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, estabeleceu a idade mínima de seis anos para ingresso no primeiro ano, mas não conseguiu eliminar as desigualdades regionais e sociais que perpetuam a distorção idade-série.

A formação continuada dos professores é um fator crucial para a melhoria da qualidade do ensino e a redução da distorção idade-série. Educadores bem preparados podem utilizar metodologias diferenciadas para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva. A falta de capacitação específica sobre ensino personalizado e estratégias de recuperação da aprendizagem impacta diretamente o desempenho dos estudantes, tornando essencial a criação de programas de formação docente contínuos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes para a qualificação do ensino, mas sua efetivação depende do investimento na capacitação dos professores, garantindo que estejam aptos a lidar com as dificuldades enfrentadas pelos alunos em defasagem escolar.

Já os fatores sociais evidenciam que a pobreza, o trabalho infantil e a falta de suporte

familiar são determinantes no processo de defasagem escolar, uma vez que impõem barreiras adicionais à progressão dos alunos. Crianças e adolescentes que vivem em famílias com baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades como insegurança alimentar, ausência de um ambiente adequado para o estudo e a necessidade de dividir o tempo entre escola e trabalho. A baixa escolaridade dos pais e a falta de acesso a materiais didáticos também contribuem para o baixo rendimento acadêmico, tornando o avanço escolar ainda mais difícil. No campo estrutural, a precariedade das escolas, a carência de professores qualificados e as dificuldades de acesso físico à educação, sobretudo em áreas rurais e periféricas, intensificam o problema e comprometem as chances de reversão desse quadro. A insuficiência de infraestrutura adequada, como bibliotecas, laboratórios de informática e espaços de reforço escolar, limita as possibilidades de aprendizagem e perpetua a exclusão educacional.

A relação entre distorção idade-série e evasão escolar mostra-se particularmente preocupante. O fracasso repetitivo e a defasagem etária contribuem para o sentimento de exclusão dentro do ambiente escolar, tornando a evasão uma alternativa viável para muitos estudantes. A falta de acolhimento e de estratégias pedagógicas direcionadas para esses alunos faz com que eles se sintam deslocados e sem perspectivas de sucesso acadêmico. Além disso, muitos jovens que abandonam a escola acabam sendo absorvidos por atividades laborais precárias ou mesmo por contextos de vulnerabilidade social, como a criminalidade. A análise regional demonstra que as desigualdades educacionais são profundas, com o Norte e o Nordeste apresentando os maiores índices de distorção idade-série. Essa disparidade se deve, em grande parte, ao investimento desigual em infraestrutura e formação docente, além de fatores socioeconômicos que dificultam a continuidade dos estudos. O impacto dessa desigualdade é refletido nos índices de desempenho escolar, que mostram taxas mais elevadas de abandono e menor acesso ao Ensino Médio e ao Ensino Superior para estudantes dessas regiões.

O impacto da distorção idade-série na transição para o Ensino Médio reforça a necessidade de intervenções direcionadas. Estudantes que ingressam nessa etapa com defasagem etária enfrentam desafios ainda maiores, como dificuldade de adaptação ao currículo, baixa autoestima e risco elevado de abandono escolar. Muitos desses alunos precisam conciliar os estudos com o trabalho, o que dificulta ainda mais sua permanência e aproveitamento escolar. Além disso, a dificuldade de adaptação a um ambiente acadêmico mais exigente e a falta de acompanhamento individualizado contribuem para o aumento da evasão. A implementação de programas de aceleração da aprendizagem, flexibilização curricular e estratégias que conciliem educação e mercado de trabalho são medidas fundamentais para minimizar esses impactos. Além disso, o fortalecimento de políticas públicas que ofereçam

suporte financeiro e psicopedagógico pode ser um fator essencial para garantir a continuidade dos estudos e o desenvolvimento acadêmico desses alunos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas para a redução da distorção idade-série e a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Entre as estratégias do PNE, destaca-se a necessidade de universalizar o atendimento escolar e promover políticas voltadas à equidade educacional. O cumprimento dessas metas exige um compromisso contínuo do governo e da sociedade para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de aprendizado adequadas às suas necessidades.

Diante do exposto, conclui-se que a distorção idade-série é um problema que demanda ações urgentes e coordenadas. A adoção de políticas de recuperação do fluxo escolar, formação continuada de professores e ampliação do suporte social para os estudantes são medidas essenciais para mitigar esse fenômeno. Além disso, é imprescindível que haja investimentos estruturais e o fortalecimento de programas intersetoriais que garantam condições adequadas de aprendizagem. A implementação de metodologias pedagógicas inovadoras, como ensino híbrido, aprendizagem baseada em projetos e programas de monitoria entre alunos, pode contribuir significativamente para a redução da defasagem escolar. Também é fundamental a ampliação de programas de permanência escolar, como bolsas de estudo, transporte gratuito e alimentação adequada, garantindo que alunos em vulnerabilidade social possam continuar seus estudos sem interrupções.

A superação desse desafio passa pela formulação de um sistema educacional mais inclusivo, eficiente e equitativo, capaz de oferecer a todos os estudantes oportunidades reais de sucesso acadêmico e social. Somente com uma abordagem integrada será possível romper o ciclo da defasagem escolar e promover uma educação de qualidade para todos. O compromisso com a equidade educacional deve ser reforçado por meio de investimentos contínuos e políticas públicas que garantam o direito à educação para todos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica. A luta contra a distorção idade-série deve ser vista como um compromisso coletivo entre governo, escolas, professores, famílias e a sociedade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade e possam desenvolver plenamente seu potencial acadêmico e profissional.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. *Consequências da repetência sobre o desempenho educacional*. Brasília: Ministério da Educação. Projeto de Educação Básica para o Nordeste. 1998.

BEZERRA, Fernanda Mendes; RAMOS, Francisco S. *Acesso à Educação: Houve Redução das Disparidades Regionais e Estaduais? Brasil e Nordeste 1981-2005*. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 39, nº 4, out-dez. 2008

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, estabelecendo a idade mínima de seis anos para ingresso no primeiro ano. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE). Estabelece metas para a redução da distorção idade-série e a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

CRUZ, Gabriela; ROCHA, Rudi. *Efeitos do FUNDEF/B sobre frequência escolar, fluxo escolar e trabalho infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010*. São Paulo: Estud. Econ., vol.48 n.1, p.39-75, jan-mar, 2018.

FERREIRA, M. do C. C.; FECURY, A. A.; MACÊDO, J. R.; DENDASCK, C. V.; ARAÚJO, M. H. M. de; MOREIRA, E. C. de M.; SOUZA, K. O. da; SILVA, I. R. da; MORAES, J. S.; OLIVEIRA, E. de; DIAS, C. A. G. de M. Instituições Estaduais e Federais do Amapá/Brasil: taxa de distorção Idade-Série no Ensino Médio (2016-2018). *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e283985374, 2020.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. *O Jogo das Diferenças: O Multiculturalismo e Seus Contextos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998.

LAMEGO, C. R. S.; SANTOS, M. C. F. *Multiculturalismo e educação intercultural: narrativas de professores sobre preconceito e abordagens culturais na escola*. São Paulo: Dialogia, n. 29, p. 111-121, mai./ago. 2018

LEON, Fernanda Leite Lopez de; MENEZES-FILHO, Naécio Aquino. *Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil*. 2002.

LIMA, Leonardo Claver Amorim; GOMES, Cândido Alberto. *Ensino médio para todos: oportunidades e desafios*. Brasília: Revista Bras, 2013.

Pereira da Silva Rocha, A. L., & Camargos Teixeira, E. Análise da relação entre gastos per capita com segurança pública e distorção idade-série no estado de Minas Gerais, Brasil. *Revista Facultad De Ciencias Económicas*, 32(1), 123–138, 2024.

PORTAL UNICEF. Panorama da distorção idade-série no Brasil. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama\\_da\\_distorcao\\_idadeserie\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idadeserie_no_Brasil.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto. *A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro*. Belo Horizonte: Nova Economia, 2017.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. *Abandono e evasão Escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos*. São Paulo: 2024.

REIS, Ludimila Maria da Silva; NOGUEIRA, Marlize de Oliveira. *Transição para o ensino fundamental II: o que dizem as pesquisas brasileiras*. Brasília: Linhas Críticas, v.27, 2021.

TORRES, Rosa María. *Repetência Escolar: Falha do Aluno ou Falha do Sistema?* InMARCHESI, Alvaro; GIL, Carlos Hernández. *Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.